

PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS DA HISTORICIDADE HUMANA NO PENSAMENTO DE KARL MARX*

ONTOLOGICAL PRESUPPOSITIONS OF HUMAN HISTORICITY IN THE THOUGHT OF KARL MARX

Adauto Lopes Silva Filho**

RESUMO

Desde a sua tese de doutoramento, Karl Marx já demonstra a necessidade de se relacionar filosofia e mundo empírico, rejeitando qualquer concepção de um finalismo na história que não seja decorrente da atividade humana. Para Marx, a história é resultante do pensamento e das ações dos homens na sua relação com a natureza, por meio do trabalho, e nas relações sociais dos homens entre si, por meio da sua sociabilidade. Tomando essa problemática, este artigo objetiva demonstrar os pressupostos ontológicos da historicidade humana no pensamento de Marx, evidenciando o caráter materialista e social da sua concepção de história. Destacamos que, apesar de essa concepção estar delineada em vários dos seus escritos, tomaremos, neste artigo, centralmente a sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, na qual ele já anuncia uma ontologia do novo tipo: a ontologia do homem enquanto ser social. Em conclusão afirmamos que os estudos de Marx sobre os problemas da economia política, simultâneos à sua crítica ao idealismo alemão, proporcionaram elementos para a elaboração das suas concepções ontológicas do homem enquanto ser social. Esses são os pressupostos ontológicos da historicidade humana a partir dos quais Marx elabora as teses fundamentais do seu materialismo histórico-dialético.

PALAVRAS-CHAVE: homem; natureza; atividade produtiva; sociabilidade; história.

ABSTRACT

Ever since his doctoral thesis, Karl Marx has demonstrated the need to relate philosophy and the empirical world, rejecting any finalist conception of history that is not the result of human activity. For Marx, history is the result of men's thoughts and actions in their relationship with nature, through their work, and in their social relationships with each other, through their sociability. Taking this problematic into account, this paper aims to demonstrate the ontological presuppositions of human historicity in Marx's thought, highlighting the materialist and social character of his conception of history. Although this concept is outlined in several of his writings, we will focus mainly on his *Economic-Philosophical Manuscripts of 1844*. In this work, he already announces a new kind of ontology: the ontology of man as a social being. In conclusion, we state that Marx's studies on the problems of political economy, simultaneous with his critique of German idealism, provided elements for the elaboration of his ontological conceptions of man as a social being. These are the ontological presuppositions of human historicity from which Marx elaborates the fundamental theses of his historical-dialectical materialism.

KEYWORDS: man; nature; productive activity; sociability; history.

* Artigo recebido em 30/10/2024 e aprovado para publicação em 20/12/2024.

** Doutor em Educação, Mestre em Filosofia, Graduado em Filosofia. Professor Associado da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFC. E-mail: adautoufcfilosofia@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao tratarmos dos pressupostos ontológicos fundamentais da historicidade humana no pensamento de Karl Marx, remetemos, aqui, à sua concepção materialista da história que teve os seus prolegômenos na sua tese de doutoramento *A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*, de 1841, na qual ele, tomando a posição de Epicuro sobre o declínio da linha reta dos átomos, já destaca a necessidade de se relacionar filosofia e mundo empírico. Também nessa obra, Marx (1972) já estabelece uma crítica a Hegel por este não perceber a importância do materialismo de Demócrito e de Epicuro, pois Hegel se prende à sua filosofia essencialmente especulativa, uma vez que concebe como fundamento da realidade, ou determinação do ser, a *Ideia Absoluta* (ou *Espírito*, ou *Razão*, ou *Logos*) e, portanto, a história é teleologicamente posta por esse fundamento. Marx considera que Hegel, ao admitir uma teleologia na história, termina por conceber a história como a revelação de um ser transcendente acima da sociabilidade humana. Para Marx, ao contrário, a história é resultante do pensamento e das ações dos homens na sua relação com a natureza, por meio do trabalho, e nas relações sociais dos homens entre si.

Portanto, desde a tese doutoral que Marx já anuncia a sua concepção materialista da história. A sua intenção é sempre apreender a lógica específica do objeto, e não uma lógica geral da história universal, como bem pretendia Hegel. Nesse sentido, pode-se afastar de sua teoria qualquer concepção acerca de um finalismo na história que não seja decorrente da própria atividade humana, uma vez que sua preocupação se volta para uma realidade específica, historicamente determinada.

Tomando essa problemática, este artigo tem como objetivo demonstrar os pressupostos ontológicos da historicidade humana no pensamento de Marx, evidenciando o caráter materialista e social da sua concepção de história. Importante frisar que, apesar de essa concepção estar delineada no decorrer dos seus escritos desde a tese doutoral, como já frisamos, passando pelas suas críticas a Hegel e aos jovens hegelianos, principalmente a Feuerbach, e também a sua crítica à metafísica da economia política¹, tomaremos, neste escrito, centralmente a sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, na qual ele já anuncia uma ontologia do novo tipo: a ontologia do homem enquanto ser social. Para tanto, este artigo está constituído por duas partes: a primeira fala sobre a dimensão social do homem

¹ Sobre esse assunto ver o artigo de Silva Filho e Lopes (2018, p. 271-280), *Crítica de Marx à metafísica da economia política*.

na interação com a natureza por meio da qual se instaura o trabalho que é a gênese do homem enquanto ser histórico e social; a segunda trata da história como sociabilidade, constituindo a questão central do pensamento de Marx acerca da sociedade e da historicidade humana.

1 A DIMENSÃO SOCIAL DO HOMEM NA INTERAÇÃO COM A NATUREZA

Não resta a dúvida de que, para Marx, a história é resultante da ação do homem enquanto ser que pertence a uma espécie, ou seja, enquanto ser social. É importante frisar que a dimensão social do homem não o reduz a um ser natural, como admitia Feuerbach, pois a especificidade da genericidade humana não pode ser deduzida de premissas biológico-naturais, mas, por outro lado, não se pode separar a genericidade humana da natureza ou objetividade natural, uma vez que esta constitui a sua base, o seu pressuposto. O homem é um ser que pertence a uma espécie (ser social), porque vive em sociedade; porém, não se pode separar sociedade e natureza ou homem e natureza, pois esta última é a base material da atividade humana, é a base do trabalho.

Na sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, Marx já faz referência a esse ponto ao dizer que “[...] o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo externo sensível. Este é o material onde se realiza o trabalho, onde ele é ativo, a partir do qual e por meio do qual ele produz coisas” (Marx, 1989, p. 160). Nesse sentido, o homem transforma a natureza pelo trabalho e, nesse ato, ele próprio se modifica e se instaura como ser social. É nessa instauração que se processa a relação dialética homem e natureza mediada pelo trabalho; e é dessa relação que resulta a sua história na qual ele se manifesta como um ser livre de qualquer determinação transcendente.

Não podemos excluir do movimento histórico o comportamento teórico e prático do homem perante a natureza. O homem é um ser de relações (com a natureza e com os outros homens), e o seu processo de autoconstrução se dá a partir dessas relações. No que diz respeito à sua relação com a natureza, podemos dizer que ele é parte da natureza, pois se encontra nela inserido, imerso; mas, ao mesmo tempo, é o único ser capaz de se contrapor a ela, de objetivá-la, ou seja, de se fazer senhor teórico e prático da natureza. É nesse processo que ele faz a sua história, cuja atividade determinante é o trabalho.

A história nada mais é que a produção do homem mediante o trabalho. Tal categoria é a própria constituição do homem, pois os indivíduos, segundo Marx, são aquilo que eles produzem e como produzem. O trabalho, em realidade, determina a própria essência do

homem. Isso significa dizer que o homem, enquanto ser social, origina-se a partir do momento em que ele se destaca da natureza e se contrapõe a ela como exigência da sua própria existência. Então o homem é aquele ser que, para viver em sociedade, deve agir sobre a natureza, transformando-a, ao mesmo tempo que se se autotransforma e se hominiza; diferentemente dos animais, que apenas se adaptam a ela.

Portanto, o homem é um ser da natureza, porém manifesta-se como ativo e livre. Ele a humaniza por meio de um trabalho consciente, teleologicamente orientado. É por isso que o homem se torna um ser que pertence a uma espécie, um ser universal, como diz Marx (1989, p. 163): “O homem é um ser genérico, não só no sentido de que faz objeto seu, prática e teoricamente [...], mas também no sentido de que ele se comporta perante si próprio como espécie presente, viva, como um ser universal e, portanto, livre”.

É certo que a vida genérica tanto do homem como do animal consiste no fato de que ambos vivem da natureza. Não há dúvida de que ambos produzem. Todavia, o específico do homem é sua atividade consciente; ao passo que a atividade animal é apenas uma repetição instintiva. É por isso que, segundo Marx, o animal não se distingue da natureza, produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente.

O animal identifica-se imediatamente com sua atividade vital. Não se distingue dela. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência [...] A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais. Só por esta razão é que ele é um ser genérico, ou melhor, é um ser consciente [...] por isso é que a sua atividade surge como atividade livre (Marx, 1989, p. 164-165)².

Percebe-se claramente nessa passagem que, na concepção de Marx, o homem torna-se um ser livre e universal, um ser que pertence a uma espécie – ser social – pela sua atividade prática, que é o trabalho, de modo consciente.

É assim que a natureza trabalhada pelo homem é a sua própria realidade. Daí porque “a natureza é o corpo inorgânico do homem [...] O homem vive da natureza, quer dizer: a natureza é o seu corpo com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer” (Marx, 1989, p. 164). Portanto, o homem vive da natureza, mas esta não é apenas um

² Em outra passagem, Marx (1989, p. 165) expressa esse mesmo sentido: “A construção prática de um *mundo objetivo*, a manipulação da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ser genérico, consciente [...] Sem dúvida o animal também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para suas crias; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente [...] O animal apenas se produz a si mesmo, ao passo que o homem reproduz toda a natureza”.

meio de existência física, e sim também espiritual³, uma vez que a personalidade do homem se determina pelo modo como ele produz e reproduz sua vida social. Nesse sentido Marx (1989 p. 165) afirma que a produção é sua vida ativa como espécie, “através dela, a natureza surge como a sua obra e a sua realidade ao não reproduzir-se apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele duplica-se de modo real e intui o seu próprio reflexo num mundo por ele criado”.

Podemos perceber que, segundo Marx, o homem pertence simultaneamente à natureza e à sociedade; daí porque, para ele, não há uma separação entre corpo e espírito (alma). A esse respeito Lukács afirma que Marx compreendeu com muita clareza essa dimensão natural e social do homem. Lukács (1990, p. 10) afirma que não se trata, porém, de uma constituição dualista do ser do homem. “O homem não é jamais diretamente, por um lado, ente social e humano e, por outro lado, parte da natureza; a sua humanização, a sua socialização não implica uma cisão ontológica do seu ser [...] em espírito (alma) e corpo”.

Podemos lembrar aqui a contraposição de Marx a Hegel no que se refere à *Ideia Absoluta* ou *Pensamento Puro* como determinação do Ser. Ao contrário, para Marx (1989, p. 194-195),

A atividade e o espírito são sociais tanto no conteúdo como na origem; são atividade social e espírito social. [...] a natureza surge como um laço com o homem, como existência de si para os outros e dos outros para si [...]. Por conseguinte, a sociedade constitui a união perfeita do homem com a natureza, o naturalismo integral do homem e o humanismo integral da natureza.

Para Marx (1989, p. 204), “a pergunta por um ser estranho, por um ser superior à natureza e ao homem tornou-se praticamente impossível”, dado que, como já dissemos algumas vezes, o homem é um ser que se autoconstrói, interagindo e modificando a natureza, por meio do trabalho, ao mesmo tempo que se automodifica. Mais tarde, na sua obra *Miséria da filosofia*, de 1847, Marx (1982, p. 138) dirá que “toda história não é mais que uma transformação continuada da natureza humana”. Então a natureza que se desenvolve pela história humana, na formação da sociedade, é a própria natureza concreta do homem. Nessa relação o homem define o seu ser, tornando-se ser social, e a natureza torna-se natureza humanizada.

É nesse sentido que Marx refuta uma contraposição entre homem e natureza. É certo que, segundo Marx (1989, p. 251), “nem a natureza objetiva, nem a natureza subjetiva se apresenta imediatamente ao ser humano numa forma adequada”, ou seja, o tornar-se social do

³ Espiritual aqui não tem um sentido transcendental, e sim imanente, ou seja, segundo Marx, o homem se faz espiritual por meio da sua atividade prática, que é o trabalho.

homem, cuja base é a própria natureza, requer o afastamento do homem da barreira natural (enquanto natureza pura), e isso ocorre tanto no âmbito objetivo como no subjetivo. Manfredo Oliveira (1993, p. 250-251), tomando esse ponto de Marx, afirma que a natureza objetiva e a natureza subjetiva só se tornam adequadas ao homem “pela mediação de sua práxis: a práxis do próprio homem é a fonte de sua humanização”. A práxis é, portanto, o resultado da relação homem e natureza, constituindo o processo de objetivação do homem (o homem tornando-se indivíduo, ser social) e o processo de subjetivação da natureza (a natureza humanizada). Diz Paulo Silveira (1989, p. 46): “nenhum dos polos dessa relação sujeito e objeto é posto como um dado *a priori*. Eles se constituem na relação: pela atividade prática, na e pela história”.

Essa relação homem e natureza constitui o ponto de partida sócio-ontológico da teoria marxiana da história. É por isso que, para Marx (1989, p. 202),

A própria história constitui uma *parte real da história natural*, o desenvolvimento da natureza a caminho do homem. [...] a *natureza* é o objeto direto da ciência do homem [...]. A realidade *social* da natureza e a ciência natural *humana*, ou a *ciência natural do homem*, são expressões idênticas.

É no contexto social que o subjetivo e o objetivo, o espiritualismo e o materialismo deixam de ser antinomias. No entanto, segundo Marx, só se concebeu o homem (tanto o idealismo hegeliano, como o materialismo metafísico de Feuerbach) de forma abstrata. Todavia, a solução dessas antinomias “não constitui de modo algum apenas um problema de conhecimento, mas é um problema real da vida, que a filosofia não conseguiu solucionar, precisamente porque a considerou só como problema puramente teórico” (Marx, 1989, p. 200). A aproximação da filosofia com as ciências naturais, segundo Marx (1989, p. 201)⁴, não passou de uma ilusão fantástica, “nasceu o desejo de união, mas faltou o poder para levar a cabo”. Porém, a ciência da natureza penetrou na vida social do homem por meio da indústria, que é, para Marx, a relação histórica concreta da natureza e, portanto, da ciência natural relacionada ao homem enquanto ser social.

Para Marx, por meio da indústria e, portanto, do trabalho, a ciência da natureza torna-se a base da ciência humana, a base da vida real do homem. Ao transformar a natureza, pelo

⁴ Mais tarde, criticando a “sagrada família”, e, em específico, Bruno Bauer, que se detinha, assim como Hegel, na filosofia da autoconsciência, Marx dirá que a crítica espiritualista e teológica de Bauer “do mesmo modo que separa o pensamento dos sentidos, a alma do corpo e ela própria do mundo, separa a história da ciência natural e da indústria; para ela, o lugar onde nasce a história da ciência natural não é o produto grosseiramente material que se faz sobre a terra, mas sim as brumosas nuvens que pairam no céu” (Marx; Engels, 1974, p. 226-227).

trabalho, o homem realiza o processo de objetivação que o torna um ente-espécie, um ser histórico-social, consciente, ativo e livre. Percebe-se aqui a objetivação como constituinte do ser humano; fazendo, parte da sua própria essência; ela é a fundamentação da unidade homem e natureza e, portanto, necessária. Diz Marx (1989, p. 200): “a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária para humanizar os sentidos do homem e criar a sensibilidade humana correspondente a toda riqueza do ser humano e natural”.

Entretanto, a objetivação pode se tornar uma alienação, um estranhamento, pois esse mundo objetivo aparece como não pertencente ao seu ente, despido do seu poder, e isso ocorre por meio do trabalho que se manifesta historicamente como alienado. Nesse caso, “o *trabalho alienado* inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser consciente, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio da sua *existência*” (Marx, 1989, p. 165)⁵. Trata-se aqui, segundo Marx, das contradições objetivas da vida histórico-social dos homens. Porém, essa dimensão negativa da sua sociabilidade, que faz parte da sua própria história, é resultante das suas próprias ações e teleologias, e não manifestação de uma ideia suprema ou de um ser transcendente.

Portanto, a história é o resultado da inter-relação homem, natureza e sociedade. Então a história nada mais é que o processo das relações humanas ligadas ao mundo da produção. Daí porque a história não se restringe meramente ao movimento biológico, ela nos remete às relações sociais de onde decorre a sociabilidade humana. Portanto, não se pode conceber a sociabilidade sob a ótica de um naturalismo puro ou de um idealismo abstrato. Marx compreende a sociabilidade na forma como ela se apresenta concretamente, na sua dimensão histórica. É assim que detecta o seu aspecto alienado no capitalismo.

2 A HISTÓRIA COMO SOCIABILIDADE

Para Marx, não existe sociabilidade à margem das formas concretas de uma determinada forma de produção, ou seja, do trabalho. Em última análise, a sociabilidade decorre do intercâmbio entre o homem e a natureza. Então a natureza é a condição material, objetiva da existência e do desenvolvimento da sociedade humana, da sociabilidade.

⁵ Em outro trecho, demonstrando o caráter necessário da objetivação e a sua dimensão estranhada no capitalismo, Marx diz que “[...] o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a *objetivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a *objetivação* como *perda e servidão do objeto*, a apropriação como *alienação*” (Marx, 1989, p. 159).

É claro que a sociabilidade não pode ser deduzida de premissas biológico-naturais, isto é, não pode ser pensada sem a intervenção do trabalho humano. O advento da sociabilidade implica, ao mesmo tempo, o afastamento dos limites naturais, tanto no plano da natureza interna quanto no âmbito da natureza externa. Por outro lado, não se pode eliminar a base natural enquanto base material, uma vez que, sem a natureza, o homem não realiza o seu ser social. O homem se determina, como um ser objetivo, ao transformar a natureza por meio do trabalho. Nesse sentido a produção, antes de ser uma categoria econômica, é uma categoria ontológica. Daí porque é impossível pensar a sociabilidade sem a dimensão da atividade humana, pois, como afirma Marx (1989, p. 195), “não é só o material da minha atividade [...] que me foi dado como produto social. A minha própria existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produzo e com a consciência de agir como ser social”. Para Marx, portanto, não se podem separar os polos homem e sociedade, nem tampouco sociedade e natureza; já que esta é a base material da sociabilidade.

Marx critica Hegel por abstrair a base material da vida social dos homens. Para ele, a atividade é simples abstração do *Espírito*, terminando por identificar pensamento e realidade. Marx (1989, p. 246) diz que “o único trabalho que Hegel entende e reconhece é o trabalho *intelectual abstrato*”. Para Marx, ao contrário, o trabalho é a relação histórico-social do homem com a natureza; é ele que determina a relação recíproca entre os homens, ou seja, é o elemento que cria o mundo humano e, portanto, a sociabilidade. Daí porque, na ótica de Marx, a história é a história das ações dos homens, da sua atividade, enfim, da forma como se processa a sua sociabilidade.

É nesse sentido que não se pode falar da sociabilidade como um dado natural, uma vez que ela se dá historicamente; também não se pode falar de uma natureza humana como atributo natural ou metafísico. Em Marx a natureza humana remete à sociabilidade, às relações histórico-sociais; a constituição do que se denomina essência humana (ou natureza humana) é expressa nas relações sociais historicamente construídas, na práxis dos homens, isto é, na sua sociabilidade. Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx (1984, p. 127) expressa bem essa posição ao dizer que “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais”.

A práxis social engloba, assim, os aspectos subjetivo e objetivo, ou seja, indivíduo e sociedade, que são dois polos de uma mesma processualidade, são momentos constitutivos da atividade humana. Para Marx, o homem é um ser social; não se pode jamais separá-lo da sociedade, conforme abaixo.

Importa, acima de tudo, evitar que a sociedade se considere novamente como uma abstração em confronto com o indivíduo. O indivíduo *e o ser social*. A manifestação da sua vida [...] constitui, pois, uma expressão e uma confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem *não são diferentes*, por muito que – e isto é necessário – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *específico* ou mais *geral* da vida genérica, ou por mais que a vida genérica constitua uma vida individual mais *específica* ou mais *geral* (Marx, 1989, p. 195-196).

Marx refuta a pressuposição de um indivíduo isolado, abstrato, separado da história e das relações sociais. Ao constituir o objeto, por meio da atividade sensível, o homem se constitui a si próprio. Então a subjetividade não é uma autoridade autônoma, uma vez que está em determinação recíproca com a objetividade e, portanto, com a sociedade. É por isso que a história para Marx não é algo separado do homem; a história não é um ente, não é um espírito absoluto. Ao contrário, ela é a processualidade do ser, é a mutação das categorias constituintes da sociabilidade humana. Nesse contexto se inserem as críticas de Marx a Hegel, que “descobriu apenas a expressão *abstrata, lógica, especulativa* do processo histórico [...]” (Marx, 1989, p. 240-241). Em outra passagem, Marx expressa essa mesma ideia ao dizer que o primeiro erro de Hegel é conceber a riqueza, o poder do Estado apenas na forma de pensamento; e o segundo erro consiste no fato de que essas categorias da vida humana tornam-se fenômenos espirituais. Marx (1989, p. 244) diz que, para Hegel,

[...] só o *espírito constitui a essência autêntica* do homem, e a verdadeira forma do espírito é o espírito pensante, o espírito lógico, especulativo. A *humanidade* da natureza e da natureza produzida pela história, dos produtos do homem, manifesta-se no fato de serem *produtos* do espírito abstrato e nessa medida, portanto, fases do *espírito, entidades do pensamento*.

Para Hegel, segundo Marx, a história nada mais é do que a manifestação do espírito, do pensamento abstrato. Então a razão histórica está acima dos homens concretos, e a história torna-se atributo da razão, do pensamento puro; ao passo que para Marx a história é atividade do homem, pois ela decorre da sociabilidade humana.

A ontologia de Marx, portanto, é uma ontologia sobre o existente, sobre o ser social historicamente situado. Para ele, o homem existe – na sua dimensão social – enquanto realiza a sua atividade sensível, em relação com a natureza, resultando uma nova objetividade, agora social. Isso ocorre no âmbito das determinações histórico-sociais, no campo da sociabilidade. É por isso que o homem é um ser objetivo, ou seja, é um ser corpóreo, dotado de forças naturais, vitais; ele é real, sensível; daí porque pode

[...] *exteriorizar* a própria existência só em objetos reais, sensíveis [...]. Um ser que não tenha a sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não participa do ser da natureza. Um ser que não tenha objeto fora de si não é nenhum ser objetivo [...]. Um ser não objetivo é um *não ser* [...], um ser *não objetivo* é um ser irreal, não sensível (Marx, 1989, p. 250).

Marx diz que ser sensível quer dizer ser real, ter objetos fora de si. Assim sendo, “o homem não é unicamente um ser natural; é um ser natural humano; quer dizer, um ser para si mesmo, por conseguinte, um ser genérico, e como tal tem de autenticar-se, expressar-se tanto no ser como no pensamento” (Marx, 1989, p. 251).

Podemos perceber que, para Marx, pensamento e ser, subjetividade e objetividade, indivíduo e sociedade são elementos da constituição ontológica da sociabilidade humana. A subjetividade está em determinação recíproca com a objetividade. Uma montanha, por exemplo, usada pelo homem deixa de ser objetividade natural, autônoma, e passa a ser social. Do mesmo modo, uma cadeira é a forma subjetiva (ou humana) da árvore. Então, ao transformar a natureza, o homem gera uma nova objetividade: a social, que tem a marca da ação e da teleologia humana. Não há práxis sem momento ideal – estabelecido pelo próprio homem – nem tampouco sem uma base material. Ambos fazem parte da existência social dos homens, implicando a sua sociabilidade, que se constitui historicamente.

Marx diz que Feuerbach teve o mérito de criticar Hegel no que se refere à sua redução do ser às categorias lógicas. Portanto, Feuerbach critica Hegel pelo fato de que este não dá conta da materialidade, da empiria. Daí porque, segundo Marx (1989, p. 239), “Feuerbach é o único que tem uma relação séria e crítica para com a dialética de Hegel e realizou neste campo verdadeiras descobertas”. Feuerbach teve o mérito de conceber o ser como sendo material. Porém, há um limite também neste pensador, a saber, Feuerbach não pensa o indivíduo como indivíduo, e sim como meramente natural e, portanto, não percebe a sociabilidade dos homens, a sua atividade prática.

Dessa forma, Feuerbach desconhece o mundo subjetivo; a realidade não é também subjetiva, uma vez que a concebe como algo exterior ao sujeito, isto é, apenas como intuição. Marx (1984, p. 125), nas *Teses sobre Feuerbach*, diz que

o principal defeito de todo o materialismo até aqui (incluindo o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente [...] Feuerbach quer objetos sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva.

Portanto, Feuerbach não percebe a ação retroativa do homem sobre a natureza. A essência humana, para ele, é natural; ao passo que, para Marx, é produzida socialmente.

É por isso que, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx já fala da necessidade de se pensar a realidade a partir de determinações histórico-sociais. Ao criticar a economia política, por não compreender as interconexões do processo histórico, Marx investiga, ao mesmo tempo, o sistema de relações na sociedade mercantil-capitalista, revelando o caráter alienado da sociabilidade que impera em tal sistema. Essa forma específica de sociabilidade – a sociabilidade alienada – decorre das próprias condições históricas da atividade humana, condições essas determinadas pela indústria e, conseqüentemente, por uma forma específica de propriedade privada. Marx (1989, p. 187) diz que “a propriedade fundiária é a primeira forma de propriedade privada e a indústria surge historicamente após ela, apenas como outra forma de propriedade privada [...]” oposta à fundiária, tal como um escravo liberto da propriedade fundiária. Agora,

[...] toda a riqueza se tornou *riqueza industrial*, a riqueza do trabalho [...] e o *capital industrial* é a forma objetiva realizada de propriedade privada. Como vemos, só neste estágio é que a propriedade privada pode consolidar o seu domínio sobre o homem e tornar-se, na sua forma mais geral, o poder histórico-mundial (Marx, 1989, p. 187).

É a partir de então que Marx detecta o caráter alienado da sociabilidade humana no capitalismo, uma vez que a atividade produtiva é voltada para interesses particulares, para a propriedade privada, alienando, assim, o homem do seu ser genérico. Porém, tal negação, como já frisamos no item anterior, é construída, social e historicamente, pelos próprios homens, no modo como eles constituem a sua sociabilidade, ou seja, no modo como eles realizam sua atividade prática. Portanto, “no mundo real prático, a autoalienação só pode revelar-se através da relação prática, real, a outros homens. O meio, pelo qual a alienação ocorre, também é prático” (Marx, 1989, p. 168). Nesse sentido, para Marx, o trabalho alienado gera não apenas a alienação do trabalhador em relação ao objeto produzido, mas também, como decorrência, a alienação dos homens entre si nas suas relações sociais, isto é, alienação da sociabilidade humana. Mais tarde, na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels (1984, p. 19) reafirmam essa ideia dizendo que “[...] cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si”.

Em suma, a sociabilidade dos homens decorre da forma como eles estruturam e organizam a sua atividade produtiva. É por isso que a indústria e, portanto, a economia de

mercado, passa a ser a base da sociabilidade na sociedade capitalista. É assim que a produção e a distribuição da riqueza parecem se autonomizar diante da vontade dos homens, porém, esse complexo social é resultante das suas ações, ainda que escape, às vezes, do controle particular do indivíduo singular.

Em suma, queremos reafirmar que a sociabilidade é decorrente da atividade produtiva e, se aquela tem uma dimensão alienada, é porque tal alienação decorre da dimensão negativa do trabalho. Embora Marx elogie Hegel por ter concebido a autocriação do homem como processo e, portanto, concebido “o *trabalho* como a *essência* confirmativa do homem”, também o critica, pois Hegel “[...] considera apenas o lado positivo do trabalho, não o seu aspecto negativo” (Marx, 1989, p. 246). Hegel, ao partir de um pressuposto lógico, não pode perceber a atividade concreta do homem e, portanto, a forma como ocorre a sua sociabilidade. Tanto para Hegel como para Feuerbach, segundo Marx, escapa-lhes o conteúdo social do problema da alienação e, portanto, da sociabilidade humana. É assim que ambos perdem a dimensão concreta da processualidade histórica da vida dos homens. Para Marx, a história dos homens é a história como sociabilidade, produto da sua práxis social, e não do pensamento abstrato.

PARA CONCLUIR

Pelo exposto, podemos dizer que a história para Marx é o resultado da produção e reprodução da vida humana mediante o trabalho. Portanto, a dimensão histórica e social do homem e as suas relações com o mundo, bem como entre si, são determinadas pelo modo como ele exerce a sua atividade produtiva. É nesse sentido que o aspecto alienado do trabalho, as ações para superá-lo, bem como a sociabilidade dos homens, ocorrem de forma historicamente construída e determinada no plano ontológico social, isto é, no plano da existência real da produção e reprodução da vida humana.

Essas posições de Marx vão se formando desde a sua tese de doutoramento e no decorrer de sua crítica não só a Hegel e a Feuerbach, mas também aos neo-hegelianos alemães e aos teóricos da economia política que, não percebendo a dimensão da atividade produtiva na formação da sociabilidade humana, terminam por cair num idealismo absoluto. Dessa forma, todos eles não reconhecem que o fator decisivo do processo histórico são as forças produtivas e as relações sociais de produção, quer dizer, não reconhecem a história como resultante da atividade humana e, portanto, com sendo parte constitutiva da sociabilidade humana. Tal

reconhecimento traz o pensamento de Marx para a atualidade como dizem Lopes e Silva Filho (2018, p. 159): “as análises de Marx não perderam o vínculo com a atual realidade e nos fazem recuperar os seus desdobramentos trazendo para o momento presente as suas contribuições [...]”.

Para finalizar, queremos destacar que os estudos de Marx sobre os problemas da economia política, simultâneo à sua crítica ao idealismo, proporcionaram elementos para a elaboração das suas concepções ontológicas do homem enquanto ser social. Reafirmamos que, para Marx, a história é resultante da ação do homem enquanto ser que pertence a uma espécie, ou seja, enquanto ser social cujo processo ocorre por meio do trabalho na relação do homem com a natureza e nos complexos sociais, que dele derivam, na relação dos homens entre si, por meio da sua sociabilidade. Esses são os pressupostos ontológicos da historicidade humana a partir dos quais Marx elabora as teses fundamentais do seu materialismo histórico-dialético.

REFERÊNCIAS

LOPES, Fátima Maria Nobre; SILVA FILHO, Adauto Lopes. Nova Gazeta Renana: a política em sua dimensão negativa no pensamento de Marx. **Sapere Aude**. Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 142-160, jul./dez. 2018 – ISSN: 2177-634. Disponível em <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/18816/14160>. Acesso em: 01 out. 2024.

LUKÁCS, György. **Prolegomenal l'ontologia del l'essere sociale**: questionidi princípio de un'ontologia oggi divenuta possibile. Tradução de Alberto Scarponi. Milano: Guerini e Associatti, 1990.

MARX, Karl. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro** . Tradução de Conceição Jandim e Eduardo Lucio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Livraria e Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 43. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 125-128.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 43. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. Tradução de Fiamma Hasse *et al.* 2. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1974.

OLIVEIRA, Manfredo. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA FILHO, Adauto Lopes; LOPES, Fátima Maria Nobre. Crítica de Marx à metafísica da economia política. **Revista Griot**, v. 18, n. 2, p. 271-280, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/879/591>. Acesso em: 02 out. 2024

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. *In*: SILVEIRA, Paulo. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. v. 4. p. 41-76.